

ARTIGO

**GERAÇÃO E JUVENTUDE
O DEBATE SOBRE A GERAÇÃO AI-5**

**GENERATION AND YOUTH
THE DEBATE AROUND THE AI-5 GENERATION**

SILVANA SEABRA HOOPER*

RESUMO

O artigo analisa a questão das gerações, revendo a origem conceitual e histórica com Mannheim, mostrando a relação da formação ideária geracional com momentos históricos traumáticos. Com atenção particular ao Brasil, o trabalho retoma a discussão sobre a nova geração nacional dos anos 70, a Geração AI-5, (Luciano Martins) e seu posterior questionamento com Jurandir Freire Costa, até a sugestão de uma possível reinterpretação da Geração AI-5 dentro do contexto de internacionalização e modernização da época.

PALAVRAS-CHAVE: geração, trauma, Geração AI-5, Brasil anos 70.

ABSTRACT

The article analyzes the generations issue, reviewing the conceptual and historical origin in Mannheim, showing the relationship between the generational cohorts with traumatic historic moments. With particular attention to Brazil, the paper refers to the discussion of a new national generation, AI-5 (Luciano Martins) and his subsequent questioning with Jurandir Freire Costa, directing the discussion about a possible reinterpretation of AI-5 Generation in context of internationalization and modernization of the time.

KEYWORDS: generation, trauma, AI-5 generation, 70's Brazil

Introdução

O estudo das gerações é significativamente reconhecido como um campo de interesse dentro do pensamento contemporâneo. Desde, pelo menos os anos 20 do século passado, o conceito de geração vem sendo desenvolvido em função de contextos históricos bastante precisos, que podem ser remetidos, segundo alguns autores a momentos traumáticos.¹ Mais recentemente, o conceito de geração parece ter se embaralhado ao de juventude, cuja proeminência tem sido notável, desde a questão da agência às políticas públicas nacionais e internacionais.

Ao longo do século XX, as gerações dos anos 20 e 60 geraram uma vasta literatura, com destaque maior para a última, enquanto os anos 50 e 70 atraíram mínima atenção. No Brasil, algo se repete por razões diversas e que merecem ainda serem melhor estudadas. Nosso intento nesse trabalho é detalhar a discussão em torno da chamada Geração AI-5, assim denominada por Luciano Martins em trabalho de 1979, conduzindo uma análise sobre os pressupostos ao pensamento do autor e seu posterior interlocutor Jurandir Freire Costa em trabalho publicado em 1984. As discussões sobre a uma geração dos anos 70, ou uma cultura de época interessa historicamente para a compreensão da modernização brasileira ao longo dos anos 70 em seus desdobramentos sócio-políticos.

Gerações: Conceito e História

O conceito de “geração” tem um uso, razoavelmente, disseminado, tanto geograficamente, como

historicamente. A noção, em geral, se refere às diferenças entre grupos etários, tanto em sociedades Ocidentais, como Orientais, e se estende de tempos bastante antigos, aparecendo desde citações bíblicas, continuando por trabalhos contemporâneos nas ciências humanas. São plenamente reconhecidas nas nomeações históricas que se fizeram da “Geração Beat”, da “Geração Perdida”, ou ainda mais recentemente da discussão sobre a “Geração Y”. Como um outro exemplo, lembramos que após os anos 60 se popularizou, não só a ideia, como também a expressão “conflito de gerações”. Contudo, apesar da noção de ‘geração’ ter se espalhado, ela não foi acompanhada de preocupação teórica ou pesquisa equivalente.² Os estudos, mais do que não avançarem, parecem ter se estagnado e só ressurgirem efetivamente após os anos 80. A partir dessa década, contudo, os trabalhos se referem agora, à “juventude”. Tal modificação deve ser compreendida dentro de uma agenda internacional promovida pelas Organizações Internacionais, em especial pela ONU, que se volta para esse setor, promovendo troca de pesquisas, de informação, de experiências e incentiva políticas públicas de proteção à juventude ao redor do mundo. Contudo, embora o tema pareça ter sido resgatado, é preciso notar que os conceitos de “geração” e “juventude” não se confundem e sobre seu uso incidem uma discussão teórica.

Apesar de algumas contribuições importantes anteriores ao século³ XX, Mannheim é considerado o autor que desenvolveu de forma mais sistemática e completa a questão das gerações como problema teórico. O estudo de Mannheim, *The problem of Generation* (1927), se insere

num quadro maior de trabalhos que surgem após a I Grande Guerra Mundial, como o de Ortega y Gasset (1923), Pinder (1926).

Para Christopher Lasch o aparecimento desses estudos se relaciona de forma muito particular ao evento da I Grande Guerra Mundial, na medida em que marca, pela primeira vez, uma significação dos acontecimentos que são sentidos tanto no nível individual como de forma coletiva.

For those who lived through the cataclysm of the First World War, disillusionment was a collective experience – not just a function of the passage from youth to adulthood but of historical events that made the prewar world appear innocent and remote. For the first time, a whole period of historical time began to take on the qualities formerly associated with childhood.⁴

A Geração dos Anos 20, ou a chamada *Geração Perdida*, como assim a nomeou Gertrude Stein, parece ter sido a primeira em autoconsciência geracional. Assim, o aparecimento do trabalho de Mannheim em 1927, não é mera coincidência, mas uma expressão de sua época, não só porque reflete um momento, como também o tenta elaborar através dessa categoria.

Para Mannheim, as gerações são formadas por grupos de pessoas, que nascidas numa mesma época, são marcadas pelos mesmos acontecimentos históricos ao longo da sua vida, e de sua formação. Embora surja como formulação simples, Mannheim um afastamento em relação à leitura de cunho mais positivista. O que define uma geração é, menos uma data de nascimento comum, do que sua

participação num mesmo processo sócio histórico. Contudo, tais experiências não são suficientes para formar uma unidade geracional, um grupo concreto, ou uma única autoconsciência. Os sujeitos vivenciam de forma diferenciada sua própria época, e a isso Mannheim nomeou de “estratificação da experiência”. Com esse conceito pretendeu demonstrar que a dinâmica na transmissão cultural não se faz de modo direto e simples, mas sempre de maneira reflexiva e interativa.⁵ Isto explica porque as gerações não são homogêneas, nem tampouco coerentes. Segundo Mannheim, uma mesma geração contém unidades geracionais distintas ou em outras palavras

The generation unit represents a much more concrete bond than the actual generation as such. Youth experiencing the same concrete historical problems may be said to be part of the same actual generation; while those groups within the same actual generation which work up the material of their common experiences in different specific ways, constitute separate generation units.⁶

Essa “a-sincronia no contemporâneo”, que Mannheim toma da tradição diltheana, retrata também a multiplicidade interpretativa de várias naturezas, inclusive de âmbito biográfico.

Por outro lado, se as possibilidades das diferenças ficam assim contempladas, aquilo que corresponde a identidade geracional carece de definição. De fato, para Mannheim, a geração se constrói também por um dado que desconhece uma relação de escolha pelos seus participantes. As gerações são definidas como realidades sociais, sejam seus membros conscientes ou não de que a ela pertençam ou dela participem. Nesse caso a situação geracional é semelhante às categorias

de classe, do marxismo, ou nação tal como a define Anderson (2008). Na diferença, contudo, é preciso destacar que não há uma determinação reducionista. Mesmo que a posição geracional seja garantida pelo ritmo biológico, é possível se referir a isso como uma “exposição a uma mesma época histórica” necessária, mas que não define *per se* uma geração. Nesse particular se estabelecem algumas questões próprias com relação às temporalidades de cada geração, suas conexões e suas sucessões em relação ao caráter de um tempo específico.

Geração, trauma e história

Na medida em que as teorias sobre as gerações se centram nos aspectos de continuidade e mudanças culturais, abordam também os aspectos da memória coletiva. Mannheim estava consciente do imperativo de que certas condições históricas podem definir condições específicas, como quadros verdadeiramente traumáticos. Alguns eventos não são apenas partilhados por uma geração, se constituindo em uma espécie de base rememorativa, mas podem atuar como marcações temporais que separam gerações.

Esse é o caso, por exemplo, da França sob Napoleão, e da Alemanha no pós-guerra, mas sobretudo é o caso da Geração dos anos 20, cuja marcação dada pela I Grande Guerra, coloca seus membros “*consciously as a generation marked by history, one formed by the shared experience of this catastrophic event, and many of them projected their experience backward and reinterpreted all of history as a conflict of generations*”.⁷

As consequências dessa apreciação se aplica ao próprio Mannheim, cujo ensaio *The Problem of Generation* testemunha, no nível sociológico, a influência do contexto histórico na produção intelectual. Em outras áreas, tal discernimento surge nas obras literárias como a de Scott Fitzgerald, que mais que outros autores fomentou uma identidade relacional entre a história de sua época e sua própria geração. Fitzgerald nomeou os anos pré-guerra como um período infantil ou adolescente, e os anos do pós-guerra como uma maturidade carregada de desilusão. A caracterização dessa literatura, de teor autobiográfico, não é outra senão aquele ao qual Halbwachs se refere como a mescla entre a memória individual e a coletiva. Em outras palavras, para os escritores da Geração dos anos 20, a “autobiografia é um instrumento na luta para controlar a memória coletiva do passado e presente”.⁸

Para além dos estudos sobre as gerações em relação com os momentos traumáticos das Grandes Guerras, uma outra literatura tem tomado a questão da globalização como um processo inteiramente novo na organização das ideias geracionais. Assim, se desde o final do século XIX até os anos 60, é possível relacionar as gerações às formações nacionais, os *sixties* marcaria a primeira geração com caráter internacional, até pela extensão que alcançou. Também é marcante a passagem de escala desse fenômeno. Anterior a década de sessenta, os grupos geracionais estão vinculados e identificados a posições ideárias em torno da política ou da arte, como é o caso da geração de escritores e artistas das Vanguardas Artísticas do final do século XIX. Ao longo do século XX, mais significativamente após a Segunda Grande Guerra, o

fenômeno se conforma em um processo cultural difuso, que se expressa numa sociedade de massas. Mesmo considerando que as dinâmicas de formação geracional sempre encontram um grupo mais restrito de pensadores ao qual pode remeter, os processos identitários após a segunda metade do século XX parecem se afastar desta condição para se organizar em torno de elementos mais díspares e próprios da sociedade de massas.

De qualquer maneira, a identificação de novos movimentos geracionais a eventos historicamente continuam a ser marcantes do ponto de vista da alteração social. Mudança histórica é ainda crucial para a compreensão dos processos de formação de gerações. Ao lado de convulsões sociais como as guerras, que agora parecem mais dispersas, os períodos com grandes modificações sociais, como a globalização, por exemplo, se tornam os agentes influentes. É provável que as alterações promovidas pelos processos de mundialização das sociedades sejam impactantes sobretudo em virtude de sua ampla oferta de uma nova visão de mundo. Nesse sentido, os valores colocados pela globalização demarcam uma ampla variedade de aspectos contrários ao mundo anterior, promovendo um contraponto significativo de diferenciação no perfil geracional. Isso não significa necessariamente e automaticamente uma adesão a esses valores. Pode, ao contrário, embalar expectativas de retorno a um tempo anterior tido como mais adequado ou mais correto. Não deixa de ser esse, o caso da *Geração Perdida* (geração de 1920), que embalou um aspecto nostálgico em relação ao Pré Primeira Grande Guerra. Talvez a diferença mais exata na conformação das gerações do

século XX para a segunda metade do século XX e início do século XXI não sejam, portanto, as mudanças em si, mas o tipo de alteração e sua dinâmica. Assim, os processos tecnológicos do último quartel do século XX promoveram uma revolução sem precedente, em termos de profundidade versus tempo de ocorrência. As alterações sobre a visão de mundo geradas por estas mudanças ainda não foram de todo avaliadas, talvez porque a formação geracional em sua configuração histórico-contextual são melhores avaliadas e conceituadas retrospectivamente.

É difícil comparar os momentos catastróficos de uma guerra a mudanças econômicas e tecnológicas, mas é preciso considerar que estas duas esferas têm se tornado cada vez mais abrangentes a partir do centro fortes da economia mundial. Talvez mais do que isso, devemos abordar que impactos aparentemente simples em seus próprios territórios e culturas podem se apresentar como totalmente diversos quando tomados por culturas em outro ritmo.⁹ Alguns autores têm defendido uma mudança geral nos estudos sobre as gerações levando em consideração os impactos da Globalização

This paradigm shift from a nation state frame to a cosmopolitan one - which has still to be developed methodologically-is necessary, in order to satisfy sociology's scholarly claim to engage with reality. Because social reality today is increasingly the reality of globalized modernity, characterized by the globalized freedom of movement of capital, the spread of communications and transport technologies, the establishment of global civil society movements, the emergence of global terrorist networks, etc. In the sum of these developments- and not least also through the shock of global risks and crises which are now becoming visible (Beck,

2008)- a profound break has occurred, one that also marks the relationship between the generations: the core of the selfconception of First Modernity has been affected, its fundamental premises of border, security, and rationality have become questionable. Consequently, according to our thesis, the idea of generations isolated within national boundaries is historically out of date.¹⁰

Na mesma direção Edmund e Turner (2005) tem afirmado que a geração *sixties* precisa ser avaliada em função de seu caráter internacional. Contudo, também é verdade que aceita esse argumento, os estudos feitos em termos bastante locais precisam ser refeitos, ou pelo menos, revisitados. É o caso do Brasil, cujas análises sobre a geração dos anos 60 e 70 se processam com forte marcação em elementos endógenos, embora considerem, em especial sobre os anos 60, sua origem internacional.

Dos anos 60 aos 70 no Brasil: o debate sobre gerações

Os estudos sobre as gerações no Brasil se configura, de maneira geral, aos moldes dos estudos de origem europeia e americana. Os anos 60 também delineou no Brasil o fenômeno da Contracultura, e desenvolveu um número considerável de estudos, em especial sobre as produções culturais na área da música, da arte, do cinema, da literatura e do teatro. Contudo, aqui se mostram consideráveis as diferenças entre os estudos nacionais e internacionais. Enquanto a bibliografia internacional foi profícua em estudos sociológicos, tentando estabelecer comparações entre grupos etários, e buscar explicações para o fenômeno em si, o Brasil se concentrou nas manifestações culturais dos anos 60. Poucos

estudos podem ser apontados como aqueles que tentaram discutir a geração dos anos 60 no Brasil, dentro das categorias propostas por Mannheim e seus seguidores.

A exceção se concentra no trabalho de Maria Alice Foracchi (1965), cujo tema tratava da juventude, especialmente buscando delinear a categoria social de “estudante”. Ao tratar da identidade do jovem nos anos 60 no Brasil e em São Paulo, Foracchi deu especial atenção às dimensões temporais de passado e futuro, manifestas em especial através da condição de classe. O tratamento inovava ao propor uma equivalência da importância da categoria de classe às relações interpessoais, manifestas na questão familiar que, de um lado significava a estrutura de manutenção, e por outro apontava para as relações intergeracionais como espaço de tensão. Dessa forma, Foracchi propôs compreender a dinâmica na formação identitária desse jovem como “estudante”, papel social que se desenvolve num difícil equilíbrio entre a dependência familiar e os interstícios de conflito, que essa mesma situação gera em seu interior. Além dessa configuração, Foracchi caminhou para estudos comparativos que a levou a elaborar as diferenças entre a identidade do “jovem estudante” (dependente da família), e do jovem estudante trabalhador (autossuficiente).

O estudo se compromete sociologicamente com a interpretação dos aspectos num sentido mannheimiano ao reconhecer que a identidade do jovem estudante (dependente ou autônomo) significa uma etapa da vida, constituído por um estilo próprio, que se cumprirá como um destino pessoal. Além disso, considerou a juventude um momento

esse que se delinea como uma oposição ao mundo dos adultos, ao mesmo tempo em que é a antessala de uma identidade madura. Para Foracchi, a juventude é um momento singular, com inúmeras capacitações de inovação e invenção diante das forças de manutenção. É nesse sentido, em seu crédito à juventude como momento pessoal que a autora mais se aproxima de Mannheim. Ainda hoje, o trabalho de Foracchi é considerado, não apenas pioneiro na temática sobre a sociedade brasileira, mas é ainda uma referência para os estudos sobre a juventude e movimentos juvenis. Embora a questão de Foracchi não se processe especificamente com a política, trabalhou indiretamente com os aspectos de uma sociedade em processo de modernização.

As condições políticas da década de 60, com o acirramento político e o Golpe Militar de 1964, explicam o aparecimento de uma ênfase nos temas da política da resistência quando o assunto era o da geração ou da juventude. Ao lado desse cenário, as mudanças implementadas na economia no pós-64 enfatizaram abordagens na área da ciência política e nas relações entre mercado e comportamento. Da mobilização da juventude nos anos 60, muito em torno do popular-nacional, e das organizações estudantis, se passou aos chamados “anos de chumbo”, no qual se apontava o desaparecimento da juventude na vida pública.

Quem primeiro buscou organizar e interpretar este fenômeno foi Luciano Martins, que em 1979 propôs uma interpretação de conjunto para o que parecia ser apenas um efeito da repressão política. Para Martins o fenômeno que, datado do início da década, diria respeito,

sobretudo aos jovens de "classe média" urbana, e teria uma conformação geracional. Tal manifestação se processaria através de três processos culturais estreitamente interligados: a intensificação do consumo de drogas, a desarticulação do discurso e o boom psicanalítico. Na raiz desse evento - a que Luciano Martins denominou "geração AI-5" - estaria um frustrado processo de reação ao regime militar instalado no Brasil em 1964.

De acordo com o autor, todas as sociedades autoritárias engendram a sua própria negação, formas de resistência que, por sua vez, podem ser (de acordo com uma hierarquia baseada na eficiência) organizadas, pré-políticas ou simplesmente reativas. Esta última modalidade teria prevalecido no Brasil, entre alguns segmentos da "classe média" urbana, como consequência das estratégias de que o regime militar lançou mão para triunfar e perpetuar-se. O regime instaurado em 1964 teria, em resumo, estendido as práticas autoritárias para além da esfera puramente política, imergindo todos os aspectos da vida social numa "cultura autoritária", tanto mais eficiente quanto mais dissimulada em sua origem e em seus efeitos.

Assim, pela minimização do alcance das práticas autoritárias, pela separação delas de seu significado profundo e pela banalização de tais práticas, a sociedade vai sendo 'acostumada' ao princípio autoritário (...) e é permeada pela alienação que ele destila.¹¹

Deste modo, de acordo com Martins, ocultam-se do indivíduo, simultaneamente, duas dimensões fundamentais da cidadania: impedido de participar da vida política, ele aliena-se da história de seu país;

submetido a um arbítrio cuja origem lhe é sistematicamente escamoteada, perde a consciência crítica.

O que está em jogo, entretanto, não é um processo de natureza puramente política, e não é casual, por isso, no ensaio de Luciano Martins, o recurso à palavra "geração". Com efeito, o que o autor pretende ressaltar são as consequências particularmente maléficas desse amálgama de autoritarismo e alienação para o processo de socialização de todo um segmento social que atravessou a fronteira entre adolescência e vida adulta sob as condições do regime militar e, especialmente do AI-5.

A tese de Luciano Martins pretendeu fornecer um porquê ao comportamento a toda geração, ao mesmo tempo em que focava, como estudo histórico preciso, que é, nesse caso geracional. Às vésperas de se tornar adulto, o jovem se indaga sobre o sentido de sua existência e procura as respostas que precisa em dois lugares: no mundo objetivo (prospectivamente) e no seu mundo subjetivo (introspectivamente). A partir dessa combinação de experiências, dessas práxis, o jovem elabora um projeto de mundo, através do qual afirma sua identidade.

"Ora, o que aconteceu com esse jovem, no período que estamos examinando, é que os domínios nos quais exerceria sua práxis estavam ou sumariamente proibidos pelo regime (...) ou gravemente contaminados pelos efeitos produzidos pela 'cultura autoritária' (...). Nesse sentido, é perfeitamente legítimo afirmar que o autoritarismo interditou ou minou as pontes que poderiam ligar esse jovem, de forma ativa e criadora, ao mundo externo e ao seu próprio mundo interior".¹²

Para Segundo Luciano Martins, é normal que, sob as pautas de uma asfíxiante cultura autoritária, certos grupos elaborem sua própria "contracultura", como forma de restaurarem a sua ameaçada condição de sujeito. No caso da "geração AI-5", contudo, não se chega sequer a isso. Impedido, por um lado, de construir um projeto de mundo e, por outro, tornado incapaz de localizar as raízes da opressão a que é submetido, o indivíduo da "geração AI-5" acaba por produzir (ou secretar) uma contrafação de contracultura: formas de reação que não se dirigem contra a causa real dos seus problemas, e que, a rigor, não têm objeto - são intransitivas. Daí que essa "contracultura" reitere continuamente, através de suas três vertentes fundamentais - a desarticulação do discurso, o recurso à droga e o modismo psicanalítico - a condição de minoridade psíquica dos indivíduos que a integram. Não que essas práticas sejam intrinsecamente negativas, sobretudo as duas últimas. Ocorre que, nas circunstâncias em que se constituiu a "geração AI-5", essas práticas receberam significados que, longe de concorrer para a libertação do indivíduo, mais acentuam a sua alienação frente às forças que o oprimem.

Assim, para Luciano Martins, deve-se recusar o discurso que o apresenta o consumo de drogas como um ato de rebeldia, uma transgressão deliberada das regras sociais estabelecidas. Em primeiro lugar, porque, tal como teria ocorrido no caso brasileiro, a substituição das *soft drugs* pelas *hard drugs*, ao gerar compulsão e dependência física, torna-se um empecilho à construção do sujeito. A compulsão extingue a vontade e, conseqüentemente, o princípio da liberdade. A rebeldia assim

pretendida resulta, por isso, numa simples prática autodestrutiva. De resto, a alegada ampliação perceptiva promovida pela droga não é verdadeira:

"Trata-se de (...) de uma visão fragmentária de um imaginário artificialmente induzido e que se relaciona apenas 'externamente' com o real. (...) não são atributos ocultos do mundo que se revelam à percepção, mas os atributos do caleidoscópio através do qual o mundo é visto."¹³

Evasão da realidade, a droga não pode, por isso mesmo, ajudar o indivíduo a construir um projeto existencial. Ao contrário: à medida que expressa uma recusa a pôr-se em contato com o mundo e com a história, ela concorre para a negação do próprio sujeito.

Outra característica da "geração AI-5", para Luciano Martins, é a desarticulação do discurso, cujas marcas destacadas seriam a indeterminação dos termos e o uso restrito de palavras. Não se trata, observa o autor, de condenar a gíria, que pode ser considerada uma invenção popular para renomear melhor algo já nomeado. Sendo a linguagem uma expressão da capacidade cognitiva, a desarticulação do discurso revela, desde logo, uma percepção limitada do mundo, pouca reflexão sobre a realidade. O discurso da "geração AI-5" parece nada ter a dizer. Essa incapacidade para a comunicação traduz a impotência ou a renúncia à explicação, ao conhecimento da realidade. Luciano conclui que onde não há reflexão crítica, não há possibilidade de construção do sujeito.

A terceira vertente cultural que tipificaria a "geração AI-5" seria a adesão maciça à psicanálise (fenômeno que estaria por trás do boom

psicanalítico registrado no Brasil a partir do início da década de 1970). Para Luciano Martins, o grande aumento do número de analistas, antes de sinalizar para um agravamento real das patologias psíquicas, denuncia apenas um modismo. Pior: boa parte da ansiedade e dos distúrbios psíquicos que levam os indivíduos a procurar os analistas não são neuroses no sentido exato do termo, e sim problemas induzidos por uma conjuntura social específica - o regime autoritário e sua cultura. Por questões de mercado e de deficiência na formação profissional dos analistas, estes não distinguem nos seus pacientes as neuroses próprias *strictu sensu* e as que advêm dos problemas colocados pelas circunstâncias políticas. Dessa forma, a psicanálise não só se demite do seu papel de oferecer ao indivíduo o conhecimento das verdadeiras causas do seu sofrimento psíquico, como ainda mascara um problema social, atribuindo-lhe natureza subjetiva.

Sob o conceito de "geração AI-5", Luciano Martins procurou registrar e explicar a emergência de comportamentos absolutamente idiossincráticos em relação aos padrões até então vigentes nos grupos sociais considerados. Para o autor, contudo, o que aí se encontra são padrões de comportamento anômalos, sobretudo pelo que contêm de individualismo e de valorização da "realidade subjetiva" em detrimento da "realidade social". Assim, se teve a argúcia de registrar pioneiramente o novo fenômeno, Luciano Martins não hesitou em repudiá-lo, apresentando-o como criatura perversa do regime autoritário. *"Nesse sentido, aceitar a 'subjetividade' como ela existe hoje, quer dizer: não enquanto espaço*

do sujeito mas enquanto negação dele, é consolidar a ordem autoritária que a fraudar".¹⁴

O ensaio de Luciano Martins, pioneiro no registro de uma nova cultura urbana de traços individualistas, suscitou um longo comentário de Jurandir Freire Costa. Com base nos estudos de Christopher Lasch (1983) e Jean Baudrillard (1995), e apoiado numa leitura marcadamente psicanalítica da vida social, Freire Costa toma as teses de Luciano Martins como ponto de partida para uma discussão mais ampla, cujo objeto é não mais um estrato geracional, filho de uma conjuntura determinada, e sim um novo "tipo urbano", produto de mudanças profundas e duradouras na sociedade brasileira, associadas ao golpe militar, mas não determinadas inteiramente por ele. Esse novo "tipo urbano ideal" é um indivíduo em trânsito.

"Ele tem um pé no universo constituído pela herança da tradição cultural burguesa e outro no mundo dos valores citadinos, que tende a tornar-se hegemônico. O primeiro universo é formado pelo tríptico eixo da religião, família e propriedade, com seu corolário que é a 'dignidade do trabalho livre'. Este trinômio ético é visto como ultrapassado e démodé por uns, repressivo e reacionário, por outros. No segundo, a religião é contraposta à ideologia do bem-estar físico-psicossexual, a ética familiar antiga ao discurso técnico sobre a normalidade das relações entre os membros da família, e a ética do trabalho à compulsão ao consumo supérfluo."¹⁵

Como se vê, para Freire Costa há bem mais que silêncio forçado, incomunicabilidade ou modismo nesse novo tipo social. As transformações que descreve originam-se das mudanças sofridas pela

sociedade brasileira ao longo de décadas e referem-se não apenas à psicologia desse novo indivíduo, mas também à sua ética familiar e social. Assim o autor rejeita a filiação direta e unilinear estabelecida por Luciano Martins entre autoritarismo político e "ideologia subjetivista". Para Jurandir Freire Costa, o subjetivismo da chamada "geração AI-5" é apenas uma variante da ideologia da privacidade, dominante há muito tempo nas sociedades ocidentais. O regime militar concorreu para o fortalecimento dessa ideologia ao promover um fechamento político que favoreceu ainda mais as tendências já existentes de privatização da vida e da família. Ao mesmo tempo, através do "milagre-econômico", abriu oportunidades de ascensão social inéditas. Dessa forma, o que em outros países resultou de um longo e lento processo histórico, no Brasil se deu de maneira acelerada.

“o autoritarismo militar criou condições político-econômicas que desestruturaram o núcleo da família burguesa e levaram seus membros a redefinirem suas identidades privadas, através de instrumentos e instâncias até então inexistentes ou relegadas a segundo plano.”¹⁶

Para Jurandir Freire Costa, o que se convencionou chamar de "geração AI-5" é apenas parte de um amplo processo, típico das sociedades capitalistas modernas: a conversão da família burguesa às ideologias do bem-estar do corpo, do sexo e do psiquismo. O que resulta dessa transformação é o indivíduo narcísico descrito por Christopher Lasch,

“um novo homem pretensamente liberado, permissivo e tolerante (...) Profunda indiferença para

com tudo que não seja do interesse exclusivo do próprio indivíduo. Torturado pela obsessão do prazer e da 'autenticidade', o narciso de nossa época tornou-se intransigente e tirânico em relação a tudo e a todos que porventura possam opor-se à gratificação imediata de seus desejos. (...) A felicidade que lhe cabe é a felicidade desidratada do consumo, orquestrada pela propaganda das mercadorias. No mais, é o círculo vicioso da angústia perante o desempenho 'sadio' diante do sexo, do corpo e das relações humanas 'autênticas'. Esta seria a razão principal do embotamento de sua sensibilidade política e do aguçamento de sua 'sensibilidade terapêutica'.¹⁷

Assim, se Costa apontava uma análise mais ambiciosa, com recursos a um contexto histórico internacional, acabava por recusar qualquer novidade e autonomia no processo de produção geracional. Para ele os jovens no Brasil e no mundo devem seu ideário ao mundo capitalista em seu aspecto consumista. Para Jurandir Freire Costa, alguns dos comportamentos descritos pioneiramente por Luciano Martins devem ser analisados sob essa perspectiva:

Nessa linha interpretativa, não foi o autoritarismo dos governos militares o pano de fundo na produção da geração AI-5, como assinalava Luciano Martins, mas o desenvolvimento do sistema capitalista nesta parte do planeta. A relação privilegiada que se deve estabelecer, no plano teórico, é entre a formação geracional daquele momento histórico e a política econômica adotada pelos governos militares, cujo resultado foi introduzir o Brasil no sistema capitalista internacional. Se ambos os autores não podem ser rigorosamente comparados, em função da distância que separam a ciência política da psicanálise, também é verdade

que ambos convergem em alguns pontos. Os dois autores atribuem uma valoração negativa ao fenômeno da geração dos anos 70 no Brasil, independente se num quadro teórico a origem do mal é a ditadura, e no outro é um capitalismo decadente. Nos importa assinalar que para os estudos das gerações ambos os autores fixaram um limite bastante estreito, não só do ponto de vista valorativa e ideológico, mas também no plano teórico, já que nenhum deles viu qualquer possibilidade inventiva própria à geração dos anos 70.

Conclusão

A geração dos anos 70 no Brasil ainda foi pouco estudada em termos restritos à análise das gerações. Tanto nos pontos que convidam às categorias de Mannheim, quanto aqueles mais populacionais comparativos. Como avaliamos acima, os dois autores responsáveis pelo debate, localizam o fenômeno, mas se fixaram em pontos muitos distantes do estudo das gerações

Luciano Martins observou, com perspicácia que na intersecção dos anos 60/70 manifestam-se, entre determinados segmentos sociais, comportamentos absolutamente originais, que, devido à expressão social que adquirem, nos permitem falar numa cultura. Além do que já foi registrado naquele estudo pioneiro (o uso ampliado de drogas, o recurso à psicanálise, o afastamento da vida pública), outras transformações, como as apontadas por Costa (intensas rupturas - no plano familiar, na concepção do próprio corpo e nos papéis sociais de maneira geral), parecem confirmar o nascimento ou a intensificação de novos valores,

que surgem mais especificamente relacionados à geração dos anos 70. Contudo, esse fenômeno, ao contrário do que supôs Luciano Martins, projetou-se para além de uma certa época ou geração, tornando-se um padrão mais duradouro de comportamento.

Esse novo estilo de vida pode, decerto, *historicamente* ser associado à ditadura militar, como é unânime em assinalar uma vasta literatura que se produziu no Brasil nos últimos vinte anos.¹⁸ Admitir tal associação histórica, contudo, não nos obriga a subscrever as hipóteses de Luciano Martins ("geração AI-5"), nem, tampouco, a admitir a relação causal que nos propõe Jurandir Freire Costa. Contudo, uma das questões que pode ser destilada de ambos os trabalhos é o caráter modernizador que desde os anos 50 se estabelecia como norteador. Tomado como um processo complexo, as modernizações são simultaneamente, todo um conjunto de ideias, valores, comportamentos, onde não há antecedência de uma esfera sobre outra. Trata-se, nos termos de Mauss, de um "fato social total". Uma espécie de advento que implica, também na adoção da ideia de progresso, no desejo de mudança, na dessacralização da natureza e dos valores sociais, a crescente racionalização e, *last, but not least* num psiquismo. O termo não pretende voltar às análises baseadas na psicanálise, mas sugere que a visão de mundo adotada é também uma forma de sentir o mundo.

De forma mais específica, a modernidade exalta situação de autocentramento, um tipo de ação de caráter eletivo, para usar um termo caro à sociologia de fundo mais compreensivista.¹⁹ Nesse caso, significa que a modernidade impõe uma socialização na qual os indivíduos são

menos guiados por elementos exógenos e desenvolvem elementos internos, nos quais elementos de escolha e projetos individuais são mais fortemente colocados.²⁰ Se o argumento for aceito, os movimentos geracionais no Brasil dos anos 60 e 70 podem ser pensados em termos de um reforço dos elementos de construção pessoal. Uma vez que as formações geracionais se definem a partir, tanto da história como também da consciência dos grupos, o incremento de uma sociedade com características modernas e mais individualistas pode ser um elemento importante para elucidar os movimentos dos anos 60 e 70. É verdade que um processo de modernização tem raízes externas, mas não significa que seja uma imposição do sistema como imaginou Costa.

Assim, uma análise que considere as questões da modernização brasileira poderia contribuir significativa para a compreensão do fenômeno, não só da Geração dos Anos sessenta, no Brasil, mas poderia relacionar também a até aqui intitulada Geração AI-5, menos como um *detour*, ou um erro e mais como uma configuração geracional.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, H. W. **Cenas Juvenis:** punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: ANPOCS/ Scritta, 1994.
- AUGUSTO, M. H. O. **Retomada de um legado:** Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo Social*, v. 17, n. 2, 2005. pp. 11-33.
- BAUDRILLARD, J. **A Sociedade de Consumo.** Lisboa: Edições 70, 1995.

BESSANT, J. Contesting models of youth policy. **Youth & Policy**, nº 43, 1993/94.

EDMUNDS, June, TURNER, Bryan S. **Generations, culture and society**. Buckingham/ Philadelphia: Open University Press, 2002.

EISENSTADT, S. N. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FLITNER, A. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre juventude. **Sociologia da Juventude**, vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar.

FORACCHI, M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

_____. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1971.

GERMANI, G. **Política y Sociedad en una Época de Transición: De la sociedade tradicional a la sociedad de masas**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1971.

IANNI, O. **O jovem radical**. Sociologia da Juventude. vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

JAEGER, H. Generations in History: Reflections on a Controversial Concept. **History and Theory**. vol. 24, nº. 3, Oct. 1985. pp. 273-292.

LASCH, C. **A Cultura do Narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LASCH, Christopher. **The True and Only Heaven: Progress and Its Critics**. New York: W. W. Norton & Company, 1991.

MANNHEIM, Karl. "The problem of the generation" em KECSKEMETI, Paul, **Karl Mannheim: Essays**. Nova Iorque: Routledge (1927/1928), 1972.

MARTINS, Luciano. **Ensaio de Opinião**; v.11 (1979), p.72-100

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. **Sociologia e antropologia**. v. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

ROSZAK, T. **A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil**. Petrópolis: Vozes, 1972.

SPITZER, A. B. The Historical Problem of Generations. **The American Historical Review**, vol. 78, nº 5, Dec. 1973, pp. 1353-1385.

TELLES, V. da S. As Novas Faces da Cidadania: uma Introdução. In: Novas Faces da Cidadania: Identidades Políticas e Estratégias Culturais. *CEBRAP, Cadernos de Pesquisa*, Cebrap, 1996, pp. 1-7.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WOHL, R. **The Generation 1914**. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

Recebido em 30/10/2015

Aprovado em 08/08/2017

Notas

¹ EDMUNDS, TURNER, 2002.

² PILCHER, op. cit.

³ No século XIX são também estudados Comte e Dilthey.

⁴ LASCH 1991, p. 107.

⁵ EDMUNDS; TURNER, op. cit.

⁶ MANNHEIM, 1972, p. 307.

⁷ LASCH, op. cit., p. 107.

⁸ HAZLETT, J. D. **My Generation**: Collective Autobiography and Identity Politics. Madison, Wis: University of Wisconsin Press, 1998. p. 207.

⁹ APPADURAI, A. **Modernity at Large**: Cultural Dimensions of Globalization. Minneapolis, Minn: University of Minnesota Press, 1996.

¹⁰ BECK, U., BECK-GERNSHEIM, E. Global Generations and the Trap of Methodological Nationalism For a Cosmopolitan Turn in the Sociology of Youth and Generation In **European Sociological Review** VOLUME 25 NUMBER 1, 2009, p. 26.

¹¹ MARTINS, 1979; p. 78.

¹² *ibid.*, p. 84.

¹³ *ibid.*, p. 83.

¹⁴ *ibid.*, p. 100.

¹⁵ COSTA, J. F. Sobre a Geração AI-5: Violência e Narcisismo. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro, Graal, 1986. p. 119.

¹⁶ *ibid.*, p. 137.

¹⁷ *ibid.*, p. 144.

¹⁸ O trabalho de Gilberto Velho *Individualismo e Cultura* marca, provavelmente a delimitação de uma área de interesse. Ver ainda FIGUEIRA, S. A. (org). **A Cultura da Psicanálise**. São Paulo, Brasiliense. 1985

¹⁹ Uma análise bem expressiva desta ideia na América Latina foi feita por Gino Germani (1966).

²⁰ De certa forma, muitas das análises de Roszak (1972) sobre a própria Contracultura como fenômeno mundial segue caminhos semelhantes.